

RECURSO ESPECIAL Nº 1.779.733 - MG (2018/0299134-6)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **THALES THARDIEU COSTA FIGUEIREDO**
ADVOGADO : **RODRIGO ARAUJO DE OLIVEIRA - MG116894**
RECORRIDO : **KIRTON BANK S.A. - BANCO MULTIPLO**
ADVOGADOS : **LEYLA MOREIRA ROCHA CASAGRANDE E OUTRO(S) -**
MG104270
MARIA HELENA DE CARVALHO ROS - MG146188
JORGE DONIZETI SANCHEZ - MG146662
RAFAEL BARIONI - MG132391
RUBENS ZAMPIERI FILARDI - MG146195

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. CIVIL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO. CONVERSÃO EM AÇÃO DE EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. LUG. INAPLICABILIDADE. PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL A PARTIR DO VENCIMENTO DA ÚLTIMA PARCELA. SÚMULA 83 DO STJ. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Thales Thardieu Costa Figueiredo, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais assim ementado (e-STJ, fl. 154):

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO - PRELIMINAR - CONVERSÃO EM AÇÃO DE EXECUÇÃO - POSSIBILIDADE - BEM NÃO ENCONTRADO - CITAÇÃO DO RÉU - INOCORRÊNCIA - RELAÇÃO PROCESSUAL NÃO ESTABILIZADA - PRESCRIÇÃO - PRAZO - A PARTIR DO VENCIMENTO DA ÚLTIMA PARCELA - CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - TÍTULO EXECUTIVO - RECURSO NÃO PROVIDO - SENTENÇA MANTIDA.

- Convertida a ação de reintegração de posse em execução, a pretensão passa a ser de cobrança de dívida líquida constante de instrumento particular - contrato de financiamento. O prazo prescricional da pretensão é de 05 anos (CC, art. 206, § 5º, inciso I).

- Ainda que se opere o vencimento antecipado da dívida, não é possível que o prazo prescricional relativo a todas as prestações também seja antecipado. Deve a prescrição ser contada a partir do vencimento da última parcela. - Não tendo sido encontrado o bem, admissível a conversão da ação de reintegração de posse em execução, vez que só é admitida quando o bem não for efetivamente localizado.

- Não angularizada a relação jurídica processual com a citação, o autor se vê possibilitado de converter a presente ação de reintegração de posse em ação de execução por quantia certa, até porque, tal ato violaria o princípio processual da estabilidade da lide. Preliminar rejeitada.
- Não há se falar em ausência das características de liquidez, certeza e exigibilidade, para efeito de execução, uma vez que o demonstrativo apresentado demonstra os valores das parcelas vencidas e vencidas, juros e demais encargos.
- Preliminar rejeitada. Prejudicial afastada. Recurso não provido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 180-183).

Em suas razões de recurso especial (e-STJ, fls. 186-196), o recorrente alega violação dos arts. 70 da Lei Uniforme de Genebra; 44 da Lei n. 10.931/2004; 206 e 903 do Código Civil de 2002; e 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

Sustenta, em síntese, a ausência de prestação jurisdicional, a falta de fundamentação, a impossibilidade da conversão da ação possessória em ação executiva; a aplicação da prescrição trienal; e que o termo inicial do prazo prescricional é a partir do vencimento antecipado das prestações.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 199-209).

O Tribunal de origem admitiu o recurso especial (e-STJ, fls. 211-215).

Brevemente relatado, decido.

Preliminarmente, a jurisprudência desta Corte é pacífica ao proclamar que, se os fundamentos adotados bastam para justificar o concluído na decisão, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos utilizados pela parte.

Dessa maneira, registro que a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Colegiado de origem, que sobre ela emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão do recorrente.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 1022 DO CPC NÃO CONFIGURADA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. INVIABILIDADE. IMPOSIÇÃO DA MULTA DO ART. 1.026, § 2º, DO CPC.

1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 1022 do CPC.
2. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito.
3. Os segundos Embargos Declaratórios opostos com o intuito de

modificar o julgado, inovando com argumentos preclusos, revela nítido caráter procrastinatório, pelo que é admissível a aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC.

4. Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa.

(EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp n. 822.269/SP, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 8/11/2016, DJe 17/11/2016).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC/1973) - APELAÇÃO CONSIDERADA DESERTA - ACÓRDÃO DESTE ÓRGÃO FRACIONÁRIO QUE REJEITOU ANTERIORES ACLARATÓRIOS COM APLICAÇÃO DE MULTA, MANTENDO A NEGATIVA DE PROVIMENTO AO AGRAVO REGIMENTAL FACE A ADEQUAÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL, A FIM DE ANULAR OS ACÓRDÃOS PROFERIDOS NA ORIGEM, COM A DETERMINAÇÃO DO RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL A QUO PARA QUE PROCEDA À ANÁLISE DO MÉRITO DA APELAÇÃO COMO ENTENDER POR DIREITO, POR TER A PARTE RECORRENTE, UMA VEZ INTIMADA PARA COMPLEMENTAR O RECURSO ATENDIDO À DETERMINAÇÃO. INSURGÊNCIA DO AUTOR.

1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver no julgado, obscuridade, contradição, omissão ou erro material (art. 1022 do NCPC).

2. Os aclaratórios, em regra, não permitem rejugamento da causa, sendo que a atribuição de efeito modificativo somente é possível em hipóteses excepcionais, uma vez comprovada a existência dos mencionados vícios no julgado, que não se encontram presentes na presente hipótese.

3. Restou delineado que o recolhimento insuficiente do preparo do recurso de apelação não enseja a deserção se a parte recorrente, intimada para que o complemente, atende à intimação e recolhe a totalidade do valor, ou demonstra que tal já foi realizado no momento oportuno, o que expressamente ocorreu no caso conforme mencionado pelo magistrado a quo, "na medida em que veio aos autos comprovar que já havia efetuado o recolhimento não só das custas referentes ao porte de remessa, mas também do porte de retorno e das custas recursais, de forma a comprovar o integral preparo realizado na data da interposição do apelo". Inteligência do artigo 511, § 2º, do CPC/73. Precedentes.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl nos EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp n. 803.611/PR, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 27/9/2016, DJe 24/10/2016).

Consoante se extrai dos autos, o Tribunal de origem, ao julgar os embargos de declaração opostos pelo ora recorrente, consignou o seguinte (e-STJ, fls.

157-162):

(...)

Entende que o exequente/ora apelado teria o prazo de 03 (três) anos contados a partir da interposição da ação possessória para pretender em juízo a cobrança/execução da dívida, sendo que se ficou inerte por mais de 05 (cinco) anos, devendo arcar com o ônus de sua paralisia.

Acredita o apelante que o contrato de arrendamento mercantil foi considerado pelo banco rescindido e vencida antecipadamente todas as prestações, conforme previsto nas cláusulas XII, XIV (fl. 08 processo apenso) e cláusula 18 (fl. 20 apenso), restando daí, o termo *a quo* para o cômputo da prescrição.

Pois bem, verifico que o apelante firmou com o banco - apelado - contrato de arrendamento mercantil, pelo qual, mediante contraprestação mensal, transfere-se a posse direta do automóvel.

Analisando o acervo dos autos em apenso, tem-se que o banco apelado ajuizou ação de reintegração de posse em desfavor do ora apelante. Ante a impossibilidade de localização do bem, o banco apelado requereu a conversão da possessória em execução. Pedido de conversão deferido pelo magistrado às fls. 125/125-v.

Em que pese os argumentos do apelante, entendo que sem razão.

O art. 205 do Código Civil dispõe que é de 10 (dez) anos o prazo prescricional quando a lei não houver fixado prazo menor. Para a sua incidência, imprescindível que não haja previsão legal específica de prazo inferior para a hipótese.

Não há previsão legal específica para a pretensão do credor de reaver veículo objeto do contrato de arrendamento, e da ação reintegração de posse. O prazo, para tais hipóteses, é, portanto, de 10 anos.

Ocorre que ação de reintegração de posse, na hipótese, foi convertida em execução. E o autor/apelado, na petição de emenda à inicial, requereu a citação do executado para que, nos termos do art. 652 do Diploma Processual Civil, pague em 03 (três) dias a dívida devidamente atualizada.

Ou seja, a pretensão que, inicialmente, era de reaver veículo objeto de arrendamento mercantil, passou a ser de cobrança de dívida líquida constante de instrumento particular.

O prazo prescricional, em tal hipótese, não é de 10 anos, mas de 05 anos (CC, art. 206, § 5º, I). E, tratando-se de relação jurídica continuativa, cujas prestações se protraem no tempo, ainda que, por força de disposição contratual, opere-se o vencimento antecipado do contrato, não é possível que o prazo prescricional relativo a todas as prestações também seja antecipado.

A contagem do prazo prescricional deve ser feita a partir do vencimento da última parcela. Com efeito, a antecipação do vencimento do contrato decorrente de inadimplemento é prerrogativa concebida em favor do credor, que pode ou não exercê-la. Logo, se admite que tal prerrogativa se converta em prejuízo, pena de beneficiar-se o devedor em razão de sua própria inadimplência.

É dizer, o credor pode, valendo-se da faculdade instituída em seu favor, exigir do devedor toda a dívida ou somente as prestações inadimplidas. Mas não há, em razão do vencimento antecipado, alteração no termo inicial da prescrição, que deve ser contado a

partir do vencimento da última parcela.

(...)

A contagem do prazo prescricional iniciou-se com o vencimento da última parcela do contrato, em 02/06/2013 (fl. 10). E, sendo o prazo de cinco anos, só terminará em 02/06/2018.

A ação de reintegração de posse foi ajuizada em 06/07/2009.

Posteriormente, foi convertida em execução. E o despacho que determinou a citação do executado foi proferido em 03/10/2014 (fl. 126). Não está prescrita, pois, a pretensão.

Rejeito a prejudicial de mérito.

DA PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE DE CONVERSÃO

Da análise do caderno processual em apenso, verifico que foi deferida a liminar de reintegração de posse do bem objeto da lide, conforme decisão de fl. 35.

Em razão da impossibilidade de localização do bem, a instituição credora apelada requereu a conversão da possessória em execução.

Pedido deferido pelo juízo, conforme decisão de fl.125/125 - v.

Nesse passo, tem-se que a conversão requerida pela instituição financeira, consiste na alteração do pedido, bem como da causa de pedir, já que a de reintegração de posse e a ação de execução por quantia certa possuem procedimentos distintos.

Dessa forma, somente seria possível a referida conversão, antes da citação da parte ré, ora apelante.

Nos termos do art. 329 do CPC, antes da citação do réu é permitido ao autor substituir ou modificar o pedido original livremente.

Porém, após a citação, só será permitida a alteração com a anuência do réu, confira-se:

(...)

Sendo assim, não angularizada a relação jurídica processual com a citação do réu/apelante, o autor/apelado pode requerer a E, nesse caso, como demonstrado, a citação do devedor ora apelante se deu somente após a conversão, conforme certidão de fl. 133.

Destarte, não há qualquer inviabilidade na conversão dos feitos, como determinado pelo duto sentenciante. (Sem grifo no original).

Verifica-se, portanto, que o acórdão recorrido foi devidamente fundamentado, não havendo que se falar em violação ao art. 489, §1º, do CPC/2015, até porque, conforme entendimento desta Corte, "se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, como ocorreu na espécie. Violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015 não configurada" (AgInt no REsp n. 1.584.831/CE, Relator Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 14/6/2016, DJe 21/6/2016).

Quanto à conversão da ação, o recorrente não se desincumbiu de demonstrar as razões pelas quais considera violada a norma legal apontada e tampouco

impugnou os fundamentos do acórdão recorrido, incidindo, por analogia, os enunciados sumulares n. 283 e 284 do STF, que dispõem respectivamente: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"; e "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Em relação à prescrição e ao termo inicial, constata-se que a jurisprudência desta Corte entende que, a partir da entrada em vigor do Código Civil de 2002, aplica-se a regra de prescrição disposta no art. 206, § 5º, I, do CC/2002, que prevê o prazo prescricional quinquenal para a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular, a contar-se da data do vencimento do título.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. CONTRATO BANCÁRIO. INADIMPLEMENTO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. ÚLTIMA PRESTAÇÃO. DATA DE VENCIMENTO. TRATO SUCESSIVO. DESCARACTERIZAÇÃO. OBRIGAÇÃO ÚNICA. DESDOBRAMENTO EM PARCELAS. PAGAMENTOS DE VALORES. REEXAME DE PROVA. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. O prazo para o adimplemento da obrigação é comumente estipulado em benefício do devedor, sobretudo nos contratos de execução continuada ou de execução diferida, não podendo o credor exigir o cumprimento da prestação antes do seu vencimento (art. 939 do Código Civil). A dívida vence, ordinariamente, no termo previsto contratualmente.

3. Por se tratar de obrigação única (pagamento do valor emprestado), que somente se desdobrou em prestações repetidas para facilitar o adimplemento do devedor, o termo inicial do prazo prescricional também é um só: o dia em que se tornou exigível o cumprimento integral da obrigação, isto é, o dia de pagamento da última parcela (princípio da actio nata - art. 189 do CC). Descaracterização da prescrição de trato sucessivo.

4. Rever a conclusão do aresto impugnado acerca dos pagamentos realizados encontra óbice, no caso concreto, na Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp n. 1.033.260/RS, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/10/2018, DJe 26/10/2018 - sem grifo no original).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - AÇÃO DE COBRANÇA - ARRENDAMENTO MERCANTIL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO. IRRESIGNAÇÃO DO BANCO.

1. Violação ao art. 535, do Código de Processo Civil, não configurada. Acórdão estadual que enfrentou todos os aspectos essenciais à resolução da controvérsia de forma clara e fundamentada.

2. Prescrição. Aplicação do prazo quinquenal para dívidas fundadas em instrumento público ou particular, nos termos do art. 206, § 5º, I, do Código Civil. Inaplicabilidade do prazo decenal do art. 205 do Código Civil, no caso da ação de cobrança fundada em título de crédito sem força executiva, circunstância que remete a cobrança da dívida às vias ordinárias.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp n. 268.753/RS, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 17/3/2015, DJe 20/3/2015).

COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. LEASING. PRESCRIÇÃO. LEI UNIFORME. INAPLICABILIDADE. ART. 177, CC. TÍTULO EXECUTIVO. LIQUIDEZ. RECURSO DESACOLHIDO.

I - Referindo-se a Lei Uniforme aos títulos de crédito, notadamente a letra de câmbio e à nota promissória, não se pode aplicar o prazo prescricional de três anos nela previsto (art. 70) para o leasing, que possui natureza contratual, sendo de aplicar-se a norma geral contida no art. 177 do Código Civil, para as ações pessoais, uma vez inexistente norma legal específica.

II - Obrigação é termo de acepção genérica, que se traduz em um vínculo jurídico pelo qual uma pessoa deve a outra determinada prestação, exsurgindo daí o dever de prestar e o direito de crédito.

III - Não obstante a teoria geral das obrigações tenha se desenvolvido no âmbito do Direito Civil, não se pode limitá-la a um capítulo, uma vez que se estende aos demais ramos da ciência jurídica.

IV - Como bem assinalou o v. acórdão impugnado, "ilíquido não é o título, que contém o valor do principal da dívida e as informações necessárias ao cálculo dos respectivos acessórios, a serem apurados por simples cálculo do contador".

V - A reapreciação dos fatos da causa, nesta instância especial, seja mediante o reexame de provas, seja por meio da interpretação de cláusula contratual, desvirtua a competência constitucionalmente atribuída a esta Corte, sendo aplicáveis os enunciados 5 e 7 da súmula/STJ.

VI - Não se configura a divergência jurisprudencial, a ensejar a via do apelo especial, se o recorrente não procedeu ao cotejo analítico entre as hipóteses de fato, não fez prova da divergência e limitou-se a transcrever ementa (art. 541, parágrafo único, CPC).

(REsp n. 139.412/MG, Relator Ministro SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 20/4/1999, DJ 21/6/1999, p. 159 - sem grifo no original).

Assim sendo, o entendimento firmado pelo Colegiado estadual está em consonância ao desta Corte, incidindo a Súmula n. 83/STJ.

Diante do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários fixados na origem em 5% sobre o valor atualizado da causa.

Publique-se.

Brasília-DF, 07 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

